



Jornalismo, Memória e Autoritarismo: A Prática Profissional em Imperatriz-MA nos anos 60 e 70¹

Autores:²

Gizelle de Jesus Macedo

Larissa Pereira Santos

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Roseane Arcanjo Pinheiro

Thays Silva Assunção

Universidade Federal do Maranhão/UFMA – Campus Imperatriz

Resumo:

O incremento das empresas jornalísticas na cidade de Imperatriz, localizada na Região Oeste do Maranhão, ocorreu nas décadas 60 e 70. Impulsionada por projetos econômicos e políticos, como a Rodovia Belém-Brasília e a exploração de recursos naturais, a localidade viu surgir nesse período suas primeiras emissoras de rádio, TV e novos jornais. Evocando personagens da cena jornalística daquelas décadas – os jornalistas - objetivou-se congregar pistas sobre a compressão destes profissionais acerca de suas atividades e desafios profissionais, a partir de suas lembranças, reminiscências e leituras do passado. Foram adotadas as técnicas de memória oral e feitas pesquisas bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Jornalismo; Ditadura Militar, Anos 60 e 70; Imperatriz-MA.

1. Jornalismo, Lugar de Poder e Memória

Para a realização desta pesquisa, que objetiva a apreensão dos significados dos jornalistas acerca da prática profissional nas décadas de 60 e 70 na cidade de Imperatriz-MA, buscamos referenciais teórico-metodológicos na Teoria do Jornalismo e na História, no âmbito da memória coletiva e da memória individual.

Partimos da compreensão de que o trabalho do jornalista envolve o desvelamento de aspectos da realidade, sob o prisma da atualidade, e a elaboração de relatos periódicos sobre uma sociedade cada vez mais complexa, atribuições que os jornalistas

1. Trabalho apresentado ao GP História do Jornalismo, D1 Jornalismo, IX Encontro dos Grupos Núcleos de Pesquisa, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2. Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina Rodrigues de Brito e Thays Silva Assunção são estudantes do Curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão - Campus Imperatriz; Roseane Arcanjo Pinheiro é professora assistente do curso de Jornalismo da UFMA - Campus Imperatriz. Jornalista e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.



consolidaram desde o século XIX. Amparada por uma legitimidade social, construída a partir das transformações sociais, da industrialização, dos aparatos tecnológicos e do respeito à liberdade de expressão, a atuação dos jornalistas ocorre em um espaço de luta pelo poder, de confrontos, como aponta Sousa, pesquisador da Universidade Fernando Pessoa, no Porto (2002):

“as notícias são um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar no nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história (...) os meios jornalísticos contribuem ainda para dotar essas ocorrências, idéias e temáticas de significação, isto é, contribuem para que a essas ocorrências, idéias e temáticas seja atribuído um determinado sentido...”

Nelson Traquina (2005, p: 27), da Universidade Nova de Lisboa, apresenta reflexão semelhante a de Sousa e analisa o substrato no qual o jornalista trabalha, chama-o de campo jornalístico, termo emprestado do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ao aplicar o conceito de campo jornalístico no lugar de jornalismo, sinaliza que existem jogadores coexistindo nessa instância: grupos e atores sociais que vêm no jornalismo uma estratégia de comunicação na busca pela hegemonia e almejam espaço nos noticiários; jogadores que reivindicam os saberes específicos para a produção das mensagens jornalísticas, os profissionais; e os interessados na obtenção das notícias, a informação jornalística como produto para as empresas e objetivo final dos profissionais.

O pesquisador observa que no campo jornalístico convivem esses pólos opostos, impulsionado por motivações econômicas, políticas e ideológicas. Esse confronto perpassa todo o processo de elaboração da notícia, tornando-o complexo e desafiador para um de seus protagonistas, os profissionais do jornalismo, que colaboram na construção de significados sobre a realidade (2005: p.27).

E do que trata o jornalismo? Temos a contribuição do professor Eduardo Meditsch (1996), da Universidade Federal de Santa Catarina, para o entendimento da atividade em questão: o jornalismo é uma forma de conhecimento sobre a realidade, única e original, que revela nuances do cotidiano que outros modos de conhecimento não são capazes de elaborar.

O Jornalismo, por sua vez, não parte de uma hipótese nem de sistema teórico anterior, mas da observação não controlada (do ponto de vista da metodologia científica) da realidade por de quem produz. Também se diferencia das ciências pelo tipo de corte abstrato que propõe. O isolamento de variáveis é substituído pelo ideal de apreender o fato de todos os pontos de vista relevantes, ou seja, em sua especificidade.



O jornalista, a partir do seu lugar de fala e enquanto sujeito do processo de produção da notícia, é autor de representações a respeito de suas ações, idéias, escolhas, e proposições sobre seu lugar no mundo. Como integrante de um grupo social que atua em uma estância de poder e de saber, o jornalista mantém um contrato social, um compromisso ideológico com sua categoria e a sociedade ao tecer uma forma diferente de conhecimento sobre a atualidade, envolvendo os fatos que interessam ao maior número de pessoas, as múltiplas feições do acontecimento e suas diferentes vozes (Meditsch, 1996).

Sua memória individual e sua memória coletiva mesclaram-se no ato de falar de si, de rememorar suas lembranças, seu passado, ao reconstituir seu fazer enquanto indivíduo e ser social (Halbwachs, 2006, p.41). Se no contexto da ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, os jornalistas enfrentaram barreiras para concretizar seu exercício profissional, quais eram ou são suas auto-referências e impressões acerca da atividade nessas situações adversas?

As percepções do presente dos jornalistas de Imperatriz vão levá-los de volta ao passado, vão amparar a reconstituição dessas reminiscências, evocações e circunstâncias (Halbwachs, 2006, p.29). Ao rememorar eventos, anseios e tensões, colaboram para que os demais segmentos da sociedade tenham outros subsídios para compreender os embates políticos que tomaram conta do país durante o regime militar, congregam elementos que não estão impressos nos atos oficiais, nos documentos e imagens da época: os conflitos internos, as contradições entre poder e o fazer, as motivações que sustentaram silêncios e enfrentamentos.

Tendo como ponto de partidas essas reflexões, selecionamos jornalistas que participaram da implantação dos meios de comunicação - rádio, TV e jornais diários - em Imperatriz para elaborarmos esses apontamentos iniciais a respeito do tema. Escolhemos os entrevistados pela participação nesses acontecimentos e na possibilidade de acesso a eles, porque alguns não residiam em Imperatriz ou nas cidades próximas. Foram realizadas entrevistas com os seguintes jornalistas: Adalberto Franklin, Agostinho Soares Noletto, Aldeman Araújo Costa, José Matos Vieira, Marcelo Rodrigues Cardoso e Raimundo Jurivê Pereira de Macedo. Todos os depoimentos foram gravados e transcritos para a elaboração desta pesquisa.

2. Ditadura, Jornalismo e Resistência



No início da década de 60, o movimento militar assumiu o poder, entrando em cena uma nova força política que comandaria o país até os anos 80. Esse período conturbado é marcado pela suspensão das liberdades individuais, censura à imprensa, perseguição política, desrespeito aos direitos constitucionais e punição de todos que ousassem contrariar as idéias vigentes. Foi um período marcado por vários atos institucionais, sendo o mais severo o Ato Institucional nº 5, decretado por Costa e Silva, que instaurou a censura aos meios de comunicação (JORGE, 1987).

As décadas de 60 e 70 representaram anos de desafios para a imprensa brasileira. A Lei da Imprensa e a Lei de Segurança Nacional surgiram para legitimar realmente a censura, impedindo a liberdade de expressão. O governo instaurou a função do censor nas redações, cuja finalidade era fiscalizar todas as notícias que seriam publicadas, evitando assim que o exercício jornalístico contrariasse os interesses do regime militar. Em 1967, o presidente Castelo Branco sancionou a Lei de Imprensa.

Por meio dela. O ministro da Justiça, através do artigo 63, podia determinar apreensão, independentemente de mandato judicial, impresso que continha, segundo o artigo 61, inciso I e II, propagandas de guerra ou de preconceitos de raça ou classe, bem como promovessem incitamento à subversão da ordem política e social ou ofendesse a moral pública e os bons costumes. (ALMEIDA, 2009, p.85)

A censura previa foi formalizada em 1969 e vigorou por dez anos (JORGE, 1987). Diante dessa realidade, BARBOSA (2007) expõe que a reação da imprensa brasileira pós-AI-5 é diversificada. Segundo ALMEIDA (1985), parcela dos meios de comunicação acatava as ordens que chegavam à redação por meio de bilhetes e telefonemas e outras empresas jornalísticas resistiram à censura.

Vários jornalistas foram perseguidos, outros exilados, torturados ou assassinados. Em 1975, Wladimir Herzog, chefe de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, após ser chamado para prestar depoimento no DOI (Departamento de Operações internas), foi morto em um dos quartéis do Segundo Exército (JORGE, 1987).

A região centro-sul do Brasil apresentou casos significativos de jornais que resistiram ao regime militar e resolveram combater os atos de arbítrio e terrorismo do governo. Foi o caso do jornal Correio da Manhã que em 1968 sofreu um atentado a bomba em sua sede. E no começo do ano seguinte houve a prisão da proprietária, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, e dos jornalistas Néelson Batista e Osvaldo Peralva.

Outro jornal que sofreu represálias foi a Folha do Oeste, de Guarapuava, cidade do Paraná, processada por criticar o prefeito. Outros impressos, como O Estado de São



Paulo e Jornal da Tarde, publicaram nas páginas das matérias censuradas os versos de Camões e de Manuel Bandeira, cartas e receitas culinárias, como forma de protestar e sinalizar para os leitores que eram trechos cortados pelos censores.

3. Vozes, Tensões e Enfrentamentos

Entre as décadas de 60 e 70 foram fundadas em Imperatriz-MA as primeiras emissoras de TV, rádio e o primeiro jornal diário da cidade, O Progresso. A cena jornalística da cidade começou em 1932 com o jornal O Alicate e sofreu com o marasmo econômico e o isolamento da cidade até os anos 60. Nos anos posteriores, a cidade se transformou rapidamente em razão da construção da Rodoviária Belém-Brasília, via de interligação com os grandes centros, da intensa migração e da exploração de madeira e ouro (FRANKLIN, 2005).

As vozes dos jornalistas entrevistados apontam para outros elementos nesse cenário, o pioneirismo, a apropriação de tecnologias e a legitimação de novos discursos, como recorda Aldeman Costa a respeito da primeira rádio, fundada em 1969, a Rádio Imperatriz, propriedade de Leôncio Pires Dourado:

Em 1969 aqui em Imperatriz surgiu uma emissora de rádio por nome de rádio Imperatriz, era uma rádio pirata e foi constituída até pelo presidente da câmara na época, Leôncio Pires Dourado, e essa emissora de rádio funcionava não muito diferente do que as rádios de hoje funcionam, até mais ampliada porque naquela época tinha auditório, tinha programa de calouros e atendia-se também por telefone, tinha programa policial, era uma emissora bem moderna, para a época...³

No entanto, a atuação nas novas mídias que outrora chegavam à cidade, a Rádio Imperatriz, esbarrou nos interesses das forças políticas vigentes. O Exército fechou a emissora por considerá-la clandestina. Em 1978, Moacir Spósito Ribeiro criou a Rádio Imperatriz AM, inaugurada no dia 28 de outubro, desta vez dentro da legalidade segundo o governo.

O jornalista Raimundo Jurivê de Macedo, um dos fundadores do jornal O Progresso, pontua as contradições vivenciadas pelos jornalistas que trabalharam durante o regime militar, traduzidas nas tensões vivenciadas nas redações. Para ele, o maior desafio era saber dos fatos e não ter condições de noticiá-los, sob pena de retaliações. Reforça que esse dilema, em menor escala, perpassa a atividade dos jornalistas ainda na atualidade. “Eu sou dono da minha cabeça, mas não sou dono das minhas mãos”, destacou ao usar o

3. COSTA, Aldeman Araújo. **Aldeman Araújo Costa**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito, Thays Silva Assunção. Imperatriz. Concedida as alunas da UFMA – Campus II, 2009.



verbo no presente.⁴ O jornalista chegou a ser chamado várias vezes pelo comando do 50º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), sediado em Imperatriz, para explicar sobre matérias que os militares não gostavam. Em alguns momentos, recordou Jurivê, chegou a passar horas esperando o comandante da unidade militar, depois era dispensado sem quaisquer explicações.

Jurivê de Macedo recorda-se de um episódio que quase o levou à prisão, ao cometer um erro na grafia de uma palavra em uma matéria sobre a presença de militares na cidade. Jurivê trocou a letra “f” pela letra “t”, escrevendo assim, tísica ao invés de física. A troca fazia uma referência negativa a um sargento entrevistado por Jurivê. O jornalista conseguiu perceber o erro antes da impressão final do jornal O Progresso daquele dia. Temia pela reação do militar, que aguardava a edição para conferir a entrevista.

O escritor e jornalista Adalberto Franklin considera que as idas ao 50º BIS era uma prática corriqueira naquele momento, uma estratégia para pressionar e assustar os jornalistas que publicavam textos considerados “perigos” para a ditadura e seus agentes. Franklin afirma que raramente os jornalistas abordavam temas polêmicos nos jornais ou emissoras de TV e rádio, como a grilagem de terras e as mortes por encomenda, crimes comuns na década de 70. “Você conhecia quem eram as pessoas, quem eram os personagens, quem eram os pistoleiros. Você conhecia quem mandava matar gente, quem escravizava pessoas, que já tinha trabalho escravo naquele período aqui na região, mas não se publicava nada”.⁵

Profissionais que trabalharam nesses veículos durante a ditadura relataram outras experiências, permeadas pela tensão entre imprensa e os núcleos de poder dominantes. Em entrevista, Agostinho Noleto, atualmente presidente da Academia Imperatrizense de Letras, considera que as forças militares e seus interesses eram uma barreira difícil de ser superada naquela época. “Quem se atrevia escrever um editorial contra o regime? Era pisando em ‘ovos’, não se politizava o jornal, não se metia em política, quem era que se atrevia? O jornal não se metia em política ainda mais contestando o regime, jamais, nunca, já era autodefesa”.⁶

7. MACEDO, Raimundo Jurivê Pereira de. **Raimundo Jurivê Pereira de Macedo**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Thays Silva Assunção e Roseane Arcanjo Pinheiro. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas e professora mestre da UFMA-Campus II, 2009.

8 FRANKLIN, Adalberto. **Adalberto Franklin**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

4. SOARES, Agostinho Noleto. **Agostinho Noleto Soares**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



O radialista Aldeman Costa descreveu cerceamento ao trabalho do jornalista em Imperatriz da seguinte forma:

Aqui era limitado, você ia fazer uma entrevista, o cara perguntava logo: você vai perguntar o quê? E aí tem que dizer primeiro. No tempo da ditadura você tinha que levar por escrito o que você ia perguntar, eles quem dizem qual a pergunta deveria ser feita, você falava só o que era de interesse deles, se perguntasse a mais, você corria o risco de ser preso.⁷

Com outra leitura a respeito da relação entre jornalistas e governo militar, José Matos Vieira, fundador do jornal O Progresso em 3 de maio de 1970, ao lado de Jurivê de Macedo, considera que não havia censura. Ele minimiza as repreensões dos comandantes militares:

Não, não era censurado não. Aqui uma vez o comandante do 50° BIS que era o Major... Ele nos convidou lá no comando, mas era pra ele reclamar de um redator que publicou um artigo assim por alto o regime, a gente disse que aquele artigo não era da nossa responsabilidade, é de quem assina, mesmo assim o Iroche não fez mais coisas semelhantes e a vida continuou.⁸

Os protagonistas do jornalismo também tinham outros lugares de fala, a cena política, como relata o jornalista Marcelo Rodrigues, também militante político:

Eu tive esse problema de repressão ainda quando menino, tinha quatorze anos, eu fui secretário do MDB. Fui para a rádio Gurupi em São Luís fazer um pronunciamento, escrito pelo deputado Ciddy Carvalho. Quando terminou esse depoimento fui chamado, aliás fui levado pro quartel da 24° PC. Aí eles me perguntaram quem tinha feito o artigo para eu ler já que eu era menor de idade, mas propositalmente ele, o deputado Ciddy Carvalho permitiu que eu fosse porque eu era menor e não poderia ficar preso. Eles me perguntaram quem tinha escrito, isso eu não sabia, sabia quem tinha recebido do partido para eu ler, agora quem escreveu eu não sabia.⁹

Momentos de acomodação à nova ordem são entrelaçados a lembranças de posturas de resistência. Outros personagens da imprensa de Imperatriz tiveram atuação de enfrentamento, como recorda também Marcelo Rodrigues, ao comentar sobre os embates entre os colegas Conor Farias, Orlando Menezes, Moacir Spósito, Roberto Chaves e os órgãos da ditadura.

Eles trabalhavam na Rádio Imperatriz e na TV Educativa, por incrível que pareça dois deles trabalhavam na TV do Governo Federal, mas ainda assim eles usavam dos seus horários jornalísticos para fazer alguns levantamentos que

5. COSTA, Aldeman Araújo. **Aldeman Araújo Costa**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

6. VIEIRA, José Matos. **José Matos Vieira**: entrevista. Entrevistadoras: Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

9. CARDOSO, Marcelo Rodrigues. **Marcelo Rodrigues Cardoso**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



incidiam contra as ações da ditadura. Dos quatro, o único que chegou a ser preso foi o Moacir porque ele fez uma matéria mais contundente contrariando a forma que agia a Polícia Federal. Desses, o Moacir faleceu, o Conor é da Rede TV, o Orlando Menezes continua, hoje ele é assessor de Imprensa do prefeito de São Francisco do Brejão e o Roberto Chaves saiu da cidade de Imperatriz e foi para uma cidade do interior do Pará.¹⁰

Aldeman Costa relata um outro episódio, indicador dos estremecimentos entre os profissionais e o regime ditatorial:

Teve uma vez que me chamaram de louco quando veio aqui o presidente da República, Ernesto Geisel, cuja visita foi intermediada pelo Edison Lobão. Fui escalado para ir até o aeroporto para entrevistar o presidente. Quando cheguei lá, estavam equipes da Globo e do SBT. As emissoras do Brasil todo esperavam a chegada do presidente. Fizeram um pareado. Eu com o microfone na mão, com um fio bem grande com o cabo instalado para dar direto, na hora do avião descer. Eu fiz uma loucura, quando foi terminando de pousar, eu corri pra o avião. Passei na carreira, correndo sozinho com o microfone na mão. Quando o presidente desceu do avião, o primeiro a entrevistar foi eu. Pensei logo: atirar em mim eles não vão, coloquei isso na cabeça e fui.¹¹

Para o jornalista, a imprensa se encontrava amordaçada, sem o direito de expor os acontecimentos do contexto político da cidade.

Um fato ocorrido e que ficou marcado pela ditadura militar foi a prisão do empresário Pedro Américo de Sales Gomes, que os moradores mais antigos conheciam. Na época, ele foi preso, espancado, levado de avião para Brasília, pelo simples fato de ter sido presidente da UMES, União Maranhense dos Estudantes Secundaristas. Então o governo estava caçando todas as lideranças estudantis, procuraram prender para averiguar como estava a situação do sujeito ou se o mesmo ainda estava fazendo movimento contra o governo. Pedro na época sofreu maus tratos. Pedro Américo não foi o único a ser preso, também foram detidos, por exemplo, Carlos Lima de Almeida, que ainda reside aqui em Imperatriz. (COSTA et al, 2001, p. 45).

O jornalista Adalberto Franklin, hoje proprietário da Editora Ética, relata que sempre foi vigiado em razão das desconfianças que os militares tinham quanto ao que ele escrevia. Mesmo com toda essa vigilância, o jornalista resolveu escrever um artigo com críticas a Duque de Caxias, Patrono do Exército. Depois as vigilâncias só aumentaram. Outro momento de dificuldade aconteceu quando prenderam um amigo dele.

Quando prenderam o Zé Bonfim e trouxeram ele para ficar no quartel do exército. Eu soube que ele tava num cubículo lá no fundo do quartel e a

10. CARDOSO, Marcelo Rodrigues. **Marcelo Rodrigues Cardoso**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

11. COSTA, Aldeman Araújo. **Aldeman Araújo Costa**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

informação que eu tive é que ele tava sendo torturado, com um tipo de tortura que é uma goteira que fica caindo água a noite toda. Aquilo cria uma perturbação mental. E eu escrevi isso no jornal , eu botei isso no jornal.¹²

Agostinho Noleto, Marcelo Rodrigues, Jurivê de Macedo, José Matos Vieira, Aldeman Costa e Adalberto Franklin, dentre outros, são exemplos de jornalistas que vivenciaram no dia-a-dia o contexto de repressão e as suas repercussões sobre o fazer jornalístico: os constrangimentos, as tensões e as perseguições, quadro gerador de contradições entre a ideologia profissional e as condições efetivas para o exercício do jornalismo.

4. Expansão, Novos Cenários e Sujeitos

Em 1970, a população local, que era na década anterior de 39.169, passa a ser de 80.827 habitantes. Dez anos depois chegou a 220.469 moradores. Assim a sociedade local passa por um processo de mudanças estruturais em suas bases econômica, social e cultural (FRANKLIN, 2005).

Em um contexto de intensa repressão e censura a imprensa, surgem em Imperatriz as emissoras de rádio e TV e novos jornais. Foi fundada a Rádio Mirim em 1966 por Raimundo Nogueira de Souza Neto, que fazia um curso de eletrotécnico por correspondência. Inicialmente Souza conseguiu montar essa pequena emissora, aperfeiçoada e vendida para Leôncio Pires Dourado, passando a se chamar Rádio Imperatriz. Um ano depois o então proprietário tomou posse como presidente da Câmara dos Vereadores (BARROS, 1996).

Aldeman Costa, um dos jornalistas que trabalhou na rádio na época com um programa denominado Nordeste em Desfile, lembra que a estrutura era moderna. Para ele, a emissora possuía uma particularidade, um amplo auditório, ou seja, havia uma maior integração entre o público e o rádio. Existiam programas de calouros, com cobertura policial ou com música. Os pedidos dos ouvintes também eram atendidos por telefone. Apesar da boa aceitação pelo público e até utilização pelos militares no intuito de uma aproximação com os imperatrizenses, a Rádio Imperatriz foi considerada clandestina e então fechada em 1970 pelo Exército durante a Operação Carajás, que constatou a ausência de registros da rádio no Departamento Nacional de Telecomunicações – Dentel, órgão que precedeu a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

12. FRANKLIN, Adalberto. **Adalberto Franklin**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



Em 28 de outubro de 1978 foi fundada a primeira rádio devidamente legalizada. Também chamada de Rádio Imperatriz AM, criada por Moacir Spósito Ribeiro, um radialista e advogado do sul do país. Responsável pelo programa Café da Manhã, um dos mais polêmicos da Rádio Imperatriz AM, Moacir Spósito criticava o regime militar e também recebia repreensões pela ousadia. O quadro de funcionários desse veículo foi composto por nomes como Marcelo Rodrigues, Alberto Chaves, Aldeman Costa e Clodomir Guimarães. A rádio também abriu um concurso para preencher duas vagas, tendo 152 inscritos na disputa.

Na década de 70, o tipógrafo Matos Vieira participou da fundação do mais antigo jornal em circulação em Imperatriz, O Progresso. Após ter morado em vários locais e exercido as mais diversas profissões, veio a convite de um amigo para Imperatriz. Ainda em Marabá com dificuldades financeiras, Vieira recebeu financiamento e em sociedade comprou uma gráfica no estado de Goiás. Depois a levou para Marabá, onde comprou o jornal O Marabá em 1964. Com experiências na produção de jornais impressos, o tipógrafo montou em Imperatriz o primeiro jornal mais antigo em circulação, O Progresso:

Então eu achei mais necessário na época a fundação do jornal para ajudar a civilizar a cidade, porque uma cidade como um garimpo, Imperatriz naquela época era um garimpo praticamente, gente de todo lugar, todo dia tá chegando gente de todas as classes, e cada um ia ganhar dinheiro que corria dinheiro mesmo.¹³

Vieira afirma que O Progresso tinha cerca de dez funcionários entre linotipistas, paginadores, impressores, jornalistas e jornaleiros. A tiragem era de aproximadamente mil exemplares por dia, compostos de quatro páginas. Vieira relembra que “vendia bem e o povo ficava ansioso, era muito bom”.¹⁴

Outro impresso daquele período foi o jornal católico Sinais dos Tempos, que durou sete anos. Foi idealizado pelo jornalista e escritor Adalberto Franklin e pelo ex - padre Lourenço de Souza. Franklin afirma que o jornal tinha uma abordagem social. Os temas mais comuns eram a justiça e os conflitos de terras. Na época, o jornal defendia as causas da Pastoral da Terra, da Comissão de Justiça e Paz, entre outros órgãos, que também faziam denúncias contra violação dos direitos humanos.

13. VIEIRA, José Matos. **José Matos Vieira**: entrevista. Entrevistadoras: Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

14. Id. Idem



Até o final da ditadura militar, outros jornais também circularam no município: Gazeta de Imperatriz e Tribuna de Imperatriz, ambos criados em 1979; Independente e Novo Tempo, fundados em 1984. Foram jornais com circulação curta e por questões financeiras ou políticas foram fechados.

Quanto à mídia audiovisual, a cidade ainda não possuía uma emissora de TV até meados dos anos 70. Através da insistência de Pedro Bala e Francisco Ramos, que conseguiram a doação de um aparelho de televisão e uma antena, captaram pela primeira vez o sinal de TV em 1967. “Pedro Bala subia, colocava a antena, enquanto Ramos procurava sintonizar.” (BARROS, 1996, p. 344). O sinal era de uma televisão boliviana, na época noticiava a morte do guerrilheiro Che Guevara.

No Natal de 1975 é que a TV é definitivamente homologada em Imperatriz com sinais simultâneos da Tupi e Globo, após vários conflitos entre o interventor da cidade, coronel da Polícia Militar, Alberto Barateiro, como era conhecido, e o chefe da Embratel e engenheiro Crispim, que não aceitava uma estação retransmissora no mesmo morro onde já estava instalada a Embratel:

Lembro que uma vez nós estávamos no jornal e a dúvida se vinha televisão pra cá ou se não vinha, o jornal não acreditava que fosse possível trazer a repetidora de televisão porque era proibido, os militares não permitiam, o jornal duvidava, e o prefeito que era aqui nessa sede, Coronel Barateiro da Costa, dizia que ia trazer a televisão, e o sinal passava aqui na torre da Embratel, lá no Morro da Viúva, passava aí, mas não podia chegar a cidade não repetia porque os militares não permitiam, do controle deles e eles não aceitavam a repetidora. E o Coronel Barateiro interventor da cidade dizia que ia trazer o sinal, isso foi em 75, e o jornal duvidava, fazia entrevistas com o diretor da Embratel e ele dizia “Não, não pode tem uma portaria número tal, não pode.”¹⁵

Durante quatro anos a retransmissora de TV, canal 4 esteve sob o controle da Prefeitura Municipal. Os imperatrizenses tiveram a oportunidade de assistir as novelas “Xeque – Marte” e “A Viagem”, de produção da Tupi, e “Saramandaia” da Globo. O eletrotécnico Francisco Ramos foi o responsável pela assistência técnica. Colaboraram também José Moreira e Osvaldo Nascimento. O que era apenas uma retransmissora, hoje é o Sistema Mirante de Comunicação, afiliada a Rede Globo e administrada pela família do senador José Sarney. O canal mesclava produções locais e transmissão da programação de São Luís e nacional.

16. SOARES, Agostinho Noleto. **Agostinho Noleto Soares**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



Logo depois, em 1978 foi instalada a retransmissora TV Tropical, afiliada a Rede Bandeirantes de Televisão. Seus proprietários iniciais foram Raimundo Cabeludo, Francisco Ramos e Bayma Júnior. Atualmente pertence ao grupo TV Chico do Rádio Comunicação Ltda, do empresário e político Chico do Rádio.

Outra emissora implantada na cidade foi a TV Karajás ligada ao SBT (Sistema Brasileiro de Comunicação), em 1981. Alguns proprietários se repetem como Raimundo Cabeludo, Francisco Ramos, J. Nascimento e Osvaldo Nascimento. Hoje é denominada de TV Difusora Sul, da família do ministro das Minas e Energia, Edson Lobão.

Surge depois a TV Curimã retransmitindo em 1983 a Rede Manchete. Os primeiros proprietários foram Raimundo Cabeludo e Gilberto Bontempo. Segundo Marcelo Rodrigues, a TV foi concedida a Raimundo Cabeludo, consequência de apadrinhamento político. Transformada depois em Sistema Nativa de Comunicação, canal 13, da Rede Record local.

Após a elaboração de um projeto pelo radialista e jornalista Marcelo Rodrigues em parceria com o governo municipal, foi estruturada a TV Educativa em 1984, afiliada à TV Educativa Nacional. “Para concluir esse projeto, eu tive um estágio de três meses na Paraíba, na Universidade da Paraíba e de lá foi que a gente veio com esse projeto na mão, com a ajuda de alguns colegas de São Luís.”¹⁶ afirma Marcelo Rodrigues. A TV Educativa permaneceu no ar apenas durante cinco anos. A programação era voltada para a educação e tinha programas jornalísticos.

5. Considerações Finais

Os meios de comunicação em Imperatriz começam a ser implantados em um período político caracterizado pelo acirramento das lutas entre governo e opositores em âmbito nacional e de forte expansão econômica da cidade. Sujeitos do processo de produção da notícia, os jornalistas entrevistados convivem com condições adversas para a prática profissional.

Com a forte intervenção do governo central e das forças hegemônicas, os jornalistas sofrem pressões, constrangimentos e prisões com vistas a não divulgarem informações contrárias ao poder autoritário. Os seis jornalistas entrevistados, amparados por lembranças e reminiscências, ressignificam suas práticas nos anos 60 e 70. O olhar para

17. CARDOSO, Marcelo Rodrigues. **Marcelo Rodrigues Cardoso**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



o passado, tendo como lugar de fala o presente, traz à tona episódios narrados com vistas a ressaltar o papel contestador de parte dos entrevistados e as angústias vivenciadas no período estudado.

As narrativas revelam situações de acomodação, tensão e resistência frente à intervenção do governo no trabalho jornalístico. A respeito da ideologia profissional, as vozes denotam o esforço em obter as notícias e a convivência com a tênue fronteira entre o que poderia ser dito e não-dito acerca das ações dos núcleos de poder. Há, por parte dos entrevistados, o reconhecimento de que as adversidades e os instrumentos de censura limitavam o trabalho jornalístico e aspectos da realidade não foram desvelados nas matérias jornalísticas com o intuito de evitar choques e retaliações da ditadura militar.

Nas narrativas há sinais de que o processo de implantação das mídias em Imperatriz - principalmente as emissoras de rádio e TV - ocorreu por meio de empreitadas particulares, isoladas e não de projetos empresariais em um primeiro momento. Entretanto, o amadorismo começou a ceder lugar nas décadas de 80 e 90 para a formação dos conglomerados midiáticos, com acentuada participação de políticos atuantes na cena estadual e nacional. Sob a nova ordem democrática, outros sujeitos – como empresários e políticos - atuaram no campo jornalístico com poder econômico e diversos interesses.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob Censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz: Memória e Registro**. Imperatriz, MA: Ética, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

COTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Henry Magno Pereira; SILVA, Suely Leal; SOARES, José Ribamar Alves. **Os Anos de Chumbo - Reflexos e Efeitos em Imperatriz**. (Monografia). UEMA-CESI. Departamento de História e Geografia - Imperatriz, 2001.



FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para História Econômica de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **Breve História de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética Editora, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

JORGE, Fernando. **Cale a Boca, Jornalista!** Petrópolis: Vozes, 1987.

JORNAL O PROGRESSO. História. Acesso em 2 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.oprogreso-ma.com.br/progresso1.html>.

JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu Pereira. **Decidindo o que é Notícia:** os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

NEPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro:** 1964 – 1985. São Paulo: Atual, 1998.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz:** 150 anos: 1852 – 2002. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo.** Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.